

Alexandre Herculano e o património cultural: reflexões “entre Douro e Minho”*

Luís Cabral**

“Nos lugares onde se acham, os antigos pergaminhos e cartulários não são entendidos nem apreciados, nem resguardados de um modo conveniente contra os acidentes que possam sobrevir-lhes: não há ordem racional na sua arrumação, nos raros casos em que estão nalguma ordem: não há índices aos quais se possa recorrer quando é necessário consultá-los”.

Alexandre Herculano

Do estado dos arquivos ecclesiasticos do reino, 1857.

Pórtico

Às vezes, felizmente raras, chego a pensar que até os amigos nos podem “trair”. Não é que desta vez se juntaram dois convites, ambos feitos com aquela amizade, simpatia e insistência que nos fazem sentir mal, se recusarmos? O primeiro veio da Faculdade de Letras do Porto, para um colóquio inserido no 2.º Centenário do Nascimento de Alexandre Herculano. Aí estavam os vínculos que tenho à minha Faculdade e os laços com a minha Cidade, a juntar ao meu interesse já antigo pela figura de Herculano – bibliotecário, cujo retrato fica, às vezes, um tanto apagado pelas outras dimensões do historiador probo, poeta

* Texto da conferência proferida a convite do Centro de Estudos Lusíadas (Univ. do Minho) no Museu Nogueira da Silva em 25 Novembro 2010.

** Bibliotecário.

e romancista, liberal convicto, combatente corajoso, vulto cívico... A segunda solicitação surgiu pouco tempo depois, no âmbito das mesmas comemorações. Era-me veiculada por um velho amigo e apresentada em idênticas condições. Ora, como recusar aqui, na Cidade dos Arcebispos, o que aceitara ali, na Cidade da Virgem? Tomei a incumbência como uma pena, mas que não fosse demasiado pesada para mim e muito menos para vós. Se não podia recusar qualquer das propostas, menos ainda desejava que uma intervenção fosse gémea da outra. Assim, com algum risco, optei por preparar dois trabalhos relativamente distintos, um para o Porto, outro para Braga, havendo os textos, quando em letra de forma, de remeter um para o outro, completando-se, já que a matriz é a mesma, o tempo de gestação um só. Há mesmo uma parte comum, como é o caso da formação de Herculano e do breve período em que viveu no Porto.

Sentindo-me honrado por a Universidade do Minho se ter lembrado de um modesto “discípulo” de Alexandre Herculano, quero agradecer a vossa presença e toda a paciência de que, estou certo, teremos provas. Desde já, apelo à interpelação e ao diálogo, no final ou durante a própria exposição. Não prosseguirei, porém, sem que antes ressalve as minhas limitações quanto ao tema: não sou historiador, mas apenas uma pessoa interessada em História; em segundo lugar, a minha perspetiva nestas matérias é muito a de um homem profundamente embebido na circunstância do espaço e do tempo em que viveu e trabalhou e de cuja memória não pode, nem quer, desligar-se.

2 Lembrança e saudação

Ficam aqui gravadas duas breves palavras de homenagem. De entre os bracaraenses ilustres que, no passado, se dedicaram ao estudo, proteção e valorização do nosso património cultural, muitos poderia evocar. Faça-o, simbolicamente, através de uma pessoa que reunia em si as características de Homem de Igreja e de Mestre da Universidade, e de quem tive a sorte de ser aluno. Posso, por isso, dar testemunho do seu saber, da sua bondade e afabilidade, da sua pos-

tura de respeito como pessoa e pedagogo – o Doutor Avelino Jesus da Costa, sacerdote, medievista, professor e paleógrafo, ou antes, como familiarmente dizíamos e ele gostava, o Padre Avelino.

Quanto aos colegas e amigos que aqui hoje quiseram estar presentes, pessoalmente ou por mensagem, é-me muito difícil enumerá-los. Vários nomes poderia dizer: o meu companheiro de liceu, José Viriato Capela, ou o meu colega bibliotecário, Henrique Barreto Nunes, ou Fernanda Ribeiro, que foi minha estagiária há muitos anos. Por razões de tempo, peço em geral desculpa e saúdo-os a todos na pessoa do Padre José Marques, que significa aqueles que, no presente, se entregam, de alma e coração, a esforçadas missões nos domínios do património cultural.

3 Comemorações

No nosso contexto será de lembrar o que foi, a partir de finais do séc. XIX, o “programa” de comemorações de centenários e outras, que incluíam, por vezes, grandes exposições, tendo algumas uma componente documental e bibliográfica apreciável. Foi também o tempo dos grandes cortejos cívicos, como que tomando, progressivamente, o lugar das procissões. Citamos os centenários de Camões (1880) e do Marquês de Pombal (1882), oportunidades de propaganda republicana, as Comemorações Henriquinas (1894), o Centenário da Índia (1898)... Do séc. XX registam-se as principais: a Exposição Colonial (1934), Duplo Centenário (1940), novas Comemorações Henriquinas (1960), XVII.ª Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura (1983), Europália (1991), Infante 94, Expo 98, as diversas iniciativas distribuídas desde o Centenário de Bartolomeu Dias (1988) até ao Centenário do Brasil (2000), etc.

Aqui destacamos, como é natural, três momentos:

1.º Centenário do Nascimento de Alexandre Herculano, 1910 – Vejamos, de relance, em pleno clima pré-republicano, o relato feito pelo P.e



Joaquim Larcher.

Francisco José Patrício, Reitor do Colégio dos Órfãos e colaborador d'O *Comércio do Porto*. As comemorações culminaram num cortejo que, partindo do Palácio de Cristal, percorreu as principais artérias da Cidade. Encabeçados pela Câmara e pelo Governador Civil, acompanhados pelas representações das principais associações, desfilavam inúmeros alunos e professores das escolas oficiais e paroquiais. Figuravam também os estabelecimentos dos graus secundário e superior, tudo enquadrado pela guarda municipal, corporações de bombeiros e bandas de música. Notemos a presença de cerca de quarenta associações de classe e outros tantos centros republicanos. Diz o repórter: "Muitas das pessoas encorporadas no cortejo, especialmente estudantes e membros das associações de classe, levantavam vivas à Pátria, a Herculano e à liberdade, e bradavam por vezes "Abaixo a reação!", tudo entremisturado de salvas de palmas". Esta autêntica "procissão" cívica contou com 128 estandartes e bandeiras, juntou cerca de 20 000 figurantes, encerrando na Biblioteca, lugar herculaniano por excelência, com uma sessão solene, onde os esperados e merecidos elogios à figura e méritos de Herculano foram ao ponto não só de se preconizar a divulgação da sua obra através de edições populares, mas até de se alargar a sua leitura pela colocação nas três bibliotecas populares nada menos do que a bibliografia ativa e passiva, para empréstimo generalizado (!)

1.º Centenário da Morte de Alexandre Herculano, 1977 – Por iniciativa da Diretora da BPMP, Maria Fernanda de Brito, realizou-se, na Casa do Infante, uma exposição bibliográfica cujo catálogo foi publicado em 1977. Decorreu também um ciclo de conferências, em que participaram Vitorino Nemésio ("Alexandre Herculano: perfil de um escritor"), José Augusto Seabra ("Alexandre Herculano, o político"), Óscar Lopes ("Reflexões sobre Herculano como polemista"), Vitorino Magalhães Godinho ("Alexandre Herculano, historiador"), Joaquim Veríssimo Serrão ("Alexandre Herculano e a fundamentação da História de Portugal") e Jacinto do Prado Coelho ("Herculano, poeta: uma imagem em negativo"). Este período, posso testemunhá-lo pessoalmente, era de grandes dificuldades financeiras para a Câmara e para o País. Tal não obstou, porém, a que fosse gizado um programa digno de comemorações herculanianas e a que se desse início a profundas obras de remodelação da BPMP.



Alexandre Herculano.

2.º Centenário do Nascimento de Alexandre Herculano, 2010 – Muito de passagem, e permitindo-se-me um tom um tanto informal, vejamos o caso do ano de 2010. O que terá levado a tornar quase ausente (pelo menos à superfície oficial) a figura de Alexandre Herculano, no ano do centenário de todas as repúblicas? No lapso de um século, parece que se deixou o Historiador resvalar para um estatuto de *persona non grata*. Quer parecer que o puseram numa espécie de limbo, à espera de que alguém o fosse de lá tirar ou que se acabasse com tão ambíguo lugar. Ou bem que não se assinalam centenários nenhuns (e similares efemérides) ou, então, a celebrá-los, há que fazê-lo em relação pelo menos às figuras e acontecimentos maiores do País, da sua História e da sua Cultura. Questão meramente retórica: haveria dúvidas quanto à estatura nacional deste nosso varão aqui hoje assinalado? Passadas já três quartas partes do ano herculaniano, eis o que conseguimos apurar: sessões na Academia das Ciências, Faculdade de Letras da Universidade, Universidade de Coimbra, Cooperativa Árvore e Grémio Literário; conferências e palestras isoladas, como a de hoje, ou em ciclos, como as da Associação Portuguesa de Escritores e do Arquivo Distrital de Leiria; exposições, das que sei, destaco a da Biblioteca Pública Municipal do Porto, em Março; pouco reflexo, como é natural, na Comunicação Social e alguma ressonância na Internet; e mais algumas iniciativas muito pontuais, que nem valerá a pena referir. Faltou uma instância de coordenação a nível nacional e um orçamento, por escasso que fosse. Pesem as boas vontades pessoais ou os esforços institucionais, terá sido suficiente? Não mereceria Alexandre Herculano um pouco mais?

4 Formação

Estamos numa cidade que foi pioneira a nível do ensino superior – temos bem presente a medieval escola da Sé Catedral e, mais tarde, a ação esclarecida do arcebispo D. Diogo de Sousa (não esquecemos que foi Bispo do Porto, legando a essa diocese uma nova organização e aí introduzindo a imprensa em Língua

Portuguesa e por impressor português). As universidades hoje existentes em Braga ministram à juventude formação em Ciências Documentais, Património Cultural, História e Literatura, Estudos Culturais e Comunicação Social, áreas que são fundamentais para garantir a identidade de um povo e para o desenvolvimento de um país. Por isso, não devo deixar de realçar, mesmo correndo o risco de parecer insistente, uma temática plena de atualidade: a formação específica necessária ao exercício da profissão de bibliotecário e arquivista.

Com base no monumento erguido pelo Prof. Vitorino Nemésio, isolemos, então, as linhas de formação que marcaram a ação de Herculano, ao longo da sua vida, principalmente enquanto homem de bibliotecas e de arquivos. As primeiras letras aprendeu-as ele na casa paterna, logo continuando os estudos secundários nos Oratorianos, em Lisboa. A Congregação do Oratório era, à época, no nosso país, uma das instituições de excelência para a preparação dos jovens, fossem eles destinados à carreira eclesiástica ou a profissões seculares – os “padres das Necessidades ministravam à mocidade uma educação sólida e isenta”. As casas da Congregação distinguiam-se, por outro lado, por possuírem excelentes bibliotecas. No caso da Capital, que é o que ora nos interessa, a livraria ascendia a uns 30 000 volumes.

Das disciplinas que formavam o plano de estudos constavam a Gramática Latina, a Retórica, a Filosofia e a Teologia Moral. Às Humanidades acrescia formação na área de Ciências. Conclui Nemésio: “Em geral, os rapazes saíam dali bem formados e com excelentes recordações”. Note-se a importância que era dada às línguas e culturas clássicas, em especial ao Latim, mas também às línguas vivas como o Francês, a que o jovem Herculano virá depois a acrescentar o Italiano e o Espanhol. Mais tarde, será vez de, sob a égide da Marquesa de Alorna, fazer a sua iniciação germanística.

De 1825 a 1826, cursou o 1.º ano de Matemática da Academia Real de Marinha e inscreve-se na Aula de Comércio. Mas, em 1827, estava Alexandre Herculano nos seus dezassete anos, a cegueira do pai vem interromper, abruptamente, os estudos. Frequentará ainda, em 1830, a Aula de Diplomática, na Torre do Tombo, sob a regência de João Pedro Ribeiro e a efetiva docência de Francisco Ribeiro Dos Guimarães, o que lhe proporcionará bases teóricas e práticas para os seus futuros trabalhos nas livrarias e cartórios do Reino. De qualquer

modo, este curso serviria sempre de habilitação para o exercício como oficial do Arquivo da Torre do Tombo, de tabelião ou de cartorário.

Finalmente, lembremos aquilo que Vitorino Nemésio designou por “autodidatismo complementar”, escrevendo: “Se o saber clássico de Herculano, pelo menos no aspeto linguístico, vinha basilarmente dos tempos em que foi ouvinte do Oratório, já as suas luzes de lógica, de psicologia, de dialética e mais disciplinas filosóficas deviam ter sido aumentadas com a cultura posterior”¹.

5 Herculano no Porto

5.1 Os primeiros trabalhos

Os documentos que conduziram à nomeação de Herculano declaram: “começou a servir espontaneamente no arranjo de varias livrarias abandonadas em Novembro [de 1832], e por ordem de V. M. I. em Março [de 1833]”, por conseguinte, antes da fundação da RBPP, oito e quatro meses, respetivamente. Às “livrarias abandonadas” acrescentaremos a biblioteca sequestrada a D. João de Magalhães e Avelar, Bispo do Porto. Estão, aliás, bem documentadas as preocupações da Câmara e do Governo quanto à guarda dessa preciosíssima coleção, que alcançara fama muito para além dos limites da Cidade.

Notemos que, além de Herculano, o outro bibliotecário encarregado da custódia e tratamento da biblioteca pessoal do Bispo foi Diogo de Góis Lara de Andrade. Em breve, ambos irão transitar para a nova Biblioteca Portuense, da qual os livros do erudito prelado serão um dos núcleos fundadores.

5.2

Razões de uma escolha

Vejamos as razões que sustentaram a indicação do nome de Alexandre Herculano por parte da Comissão Municipal. Segundo determinava o decreto de 9 de Julho de 1833, competia à Câmara, em conjunto com o 1.º Bibliotecário, que era de nomeação direta do Governo, apresentar ao Ministro do Reino e Inspetor da Biblioteca, uma lista tríplice, a partir da qual o Governo tomaria a decisão final. A Comissão Municipal reuniu a 16 de Julho de 1833, na Rua da Torrinha, onde provisoriamente realizava as suas sessões. Estiveram presentes José Pimentel Freire, Presidente, Arnaldo Vanzeler, Vice-Presidente, Joaquim José de Sá Passos, José Joaquim Vieira de Sá, Cristóvão da Cunha Lima Sampaio e Jerónimo José de Faria. Dessa lista constavam três nomes, com a indicação sumária da respetiva fundamentação: 1.º – Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo, de 23 anos de idade, Voluntário da Rainha, por ser conhecedor das principais línguas e de Diplomática e também por ter já trabalhado voluntariamente em várias bibliotecas “abandonadas”; 2.º – José Rodrigo Passos por, há mais de 25 anos, ser Professor Régio de Gramática Latina. Virá a ocupar o cargo de Comissário dos Estudos (Reitor) e Professor de Latinidade do Liceu Nacional do Porto; 3.º – José Augusto Salgado, de 24 anos de idade, Voluntário do 3.º Batalhão Móvel, bacharel formado em Cânones, por ser conhecedor das línguas francesa e inglesa e de Matemática e Desenho. Virá a ser Secretário da Academia Politécnica do Porto.

A nomeação de Alexandre Herculano, em 17 de Julho de 1833, expressa o reconhecimento de um certo grau de especificidade quanto às habilitações literárias requeridas para o preenchimento do lugar de 2.º bibliotecário da RBPP. Com efeito, os critérios que presidiram à feitura da lista tríplice davam relevo ao domínio das línguas vivas e mortas, à formação em Diplomática e à experiência anterior de trabalho em bibliotecas, tendo por base uma formação fosse em Letras (1.º e 2.º elementos), fosse em Ciências (3.º elemento). Como era natural nesse tempo, contava também o passado liberal dos candidatos.

É nesta mesma linha que, quase dois anos mais tarde, através da Portaria de 5 de Maio de 1835, assinada por Agostinho José Freire, as habilitações necessárias para os concursos de seleção do pessoal superior da Biblioteca Real da

Corte foram adequadas às especificidades de cada um dos serviços: línguas mortas e/ou línguas modernas, Paleografia e Numismática, conhecimentos bibliográficos, Geografia, etc., adotando-se também a figura do concurso público com provas teóricas e práticas.

5.3

Ao serviço da Real Biblioteca

Podemos identificar diversas áreas de atuação de Alexandre Herculano, a nível da RBPP²: a) colaboração nos procedimentos não só de incorporação de livrarias de ordens religiosas, como sequestro de bibliotecas de particulares; b) seleção das peças mais importantes para a RBPP (ex. Mosteiros de Tibães e de Santa Cruz de Coimbra); c) inventariação dos manuscritos, tarefa partilhada com o 1.º Bibliotecário, como atestam a numeração e rubricas “And.e” e “Ar.º” [Andrade e Araújo]; d) catalogação, não só de impressos como sobretudo dos manuscritos, feita em verbetes. Em Outubro de 1835, a Biblioteca solicita à Câmara livros em branco para, de acordo com as grandes classes, se passarem a limpo “os catálogos alfabéticos, que estão prompts na sua 1.ª forma de bilhetes”³; e) classificação, que permitiu organizar a nova biblioteca de acordo com o sistema de Brunet, como consta de um documento, a publicar em breve. Também neste particular houve a preocupação de compagnar o Porto com o que de melhor se praticava lá fora; f) a vistoria, efetuada em 30 de Dezembro de 1833, por ordem do Prefeito do Douro, Manuel Gonçalves de Miranda, ao edifício do Convento Santo António da Cidade, revestiu-se de grande importância. A comissão era composta por Diogo de Góis Lara de Andrade, por Alexandre Herculano e pelo Arquitecto da Cidade, Joaquim da Costa Lima Sampaio. Desse trabalho resultou a decisão, de larga visão de futuro, de instalar, definitivamente, mas não sem alguma oposição, no convento franciscano a Biblioteca Pública e o Museu.

Do projeto, à semelhança do que melhor havia no estrangeiro, constava também, no espaço fronteiro, um passeio público e um jardim que, à semelhança das praças de Londres, deveria servir não só de recreio, mas igualmente à instrução na Agricultura, Artes e Farmácia. Completaria o conjunto uma Sociedade Promotora da Indústria. O desenho recentemente adquirido para a BPMP



D. Pedro IV e D. Maria II.

– *Perspectiva do edifício do Convento de Santo António da Cidade* – constitui uma representação rigorosa, ao tempo em que a casa foi visitada pela comissão que Herculano integrava. Aquisição muito recente da Câmara Municipal do Porto para a sua Biblioteca Pública, vem permitir não só uma visão de conjunto do edifício, como também conhecer a distribuição funcional dos espaços da Igreja e do Convento. Constitui um excelente complemento das imagens até agora conhecidas – desenho da fachada, por J. C. V. Vilanova, 1833; planta e alçado, enviados, em Março de 1834, ao Governo.

5.4

A demissão

É bem conhecido o facto de Alexandre Herculano, em 17 de Setembro de 1836, pedir ao Presidente da Câmara a demissão do lugar de 2.º Bibliotecário da RBPP, por, na sequência da Revolução de Setembro, ter sido chamado a jurar a Constituição de 1822, o que contrariava idêntico ato face à Carta Constitucional, três semanas antes.

Dois ou três pontos deverão frisar-se a respeito da demissão de Herculano: a) Várias outras personalidades de relevo na Cidade se afastaram, como, por exemplo, José Ferreira Borges ou juízes da Relação, lentes da Academia e outros altos funcionários; b) É muito menos conhecida a segunda carta de Herculano, desta feita dirigida a Passos Manuel; c) Na data, Diogo de Góis assumiu idêntica posição, mantendo-se, no entanto, a aguardar a nomeação de Francisco Veloso da Cruz, seu sucessor, a quem transmitiu a instituição, procedendo ambos à “conferência” do património.

Da 1.ª carta de Alexandre Herculano: “A fé que prometti guardar à Carta Constitucional da Monarquia seltei-a com as miserias do desterro e com os padecimentos e riscos de soldado, que passei na emancipação da Pátria...” Da carta de Diogo de Góis Lara de Andrade: “E pois que preferi andar arrasado de masmorra em masmorra, a faltar à fé jurada, e que depois de tantos sufrimentos, vim voluntariamente expôr a minha vida, na defesa de tão caros



Manuel Gonçalves de Miranda.

objectos, não será avançado em meus cançados dias, que farei um acto em oposição com antecedentes que me hão valido a estimação geral”. Diogo de Góis foi demitido a 1 de Outubro de 1836 e Alexandre Herculano exonerado a 22 do mesmo mês.

6 Incorporações

Comecemos por recordar o enquadramento político-administrativo no primeiro tempo do Regime Liberal. O território nacional estava dividido em províncias, incluindo a região de Entre-Douro-e-Minho duas: a Província do Douro, cuja sede de Prefeitura estava no Porto, e a Província do Minho, sediada em Braga. Este modelo de organização irá, em breve, dar origem aos distritos. A Província do Douro abarcava uma vasta zona, que incluía as subprefeituras de Coimbra, Figueira da Foz, Aveiro, Estarreja, Feira...

Considerando, por um lado, que o regime se foi instalando a partir justamente do Porto, onde, de início, esteve sedado o próprio Governo, e que, por outro, a personalidade de Manuel Gonçalves de Miranda, Prefeito do Douro, se impunha no Porto e na região, não será de estranhar o que se poderia hoje chamar uma “intervenção musculada” em matérias como a instalação da Real Biblioteca Pública e do Museu Portuense. “Astuto” lhe chamou Nemésio, estava Manuel Gonçalves de Miranda ainda no exílio de Londres, como Comissário dos Emigrados.

De um modo geral, para a área de jurisdição da Prefeitura do Douro, temporariamente acrescida do Minho (Mosteiro de Tibães) e incluindo Coimbra (Mosteiro de Santa Cruz), dispomos de um elenco garantido de cerca de três dezenas de casas religiosas das quais se destacam, para além das duas atrás citadas, Congregados, Loios, São João Novo, São Bento da Vitória e, extra-muros, Paço de Sousa, Santo Tirso, Vila do Conde, Vila da Feira... A elas se poderiam acrescentar alguns sequestros de bibliotecas de particulares, muito

poucas quantitativamente se as compararmos com Lisboa, mas com dois notáveis casos (a *livraria* de D. João de Magalhães e Avelar, Bispo do Porto, e a biblioteca de Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2.º Visconde de Balsemão).

Na parte da jurisdição da Prefeitura do Minho, foram reunidas na Biblioteca Pública de Braga uma vintena de livrarias (= c. 25 000 volumes). Desse conjunto destacam-se as bibliotecas dos Congregados, Carmo, Pópulo, Tibães e outros concelhos como Guimarães, Barcelos, Amares, etc. No Entre Douro e Minho, paralelamente às bibliotecas reunidas hoje na Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Biblioteca Pública de Braga, existe, como sabemos, um extenso e valioso conjunto de cartórios provenientes dessas mesmas instituições religiosas, que estão, maioritariamente, à guarda dos Arquivos Distritais do Porto e de Braga. Esta foi uma das consequências maiores da extinção das ordens religiosas, a incorporação nos Bens Nacionais de um significativo (dir-se-ia enorme, à nossa escala) património bibliográfico, documental e artístico. Num primeiro tempo, esse trabalho decorreu no âmbito da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados e logo, na parte que aos livros diz respeito, através da RBPP. Ambos os bibliotecários deste Biblioteca e, anteriormente, no âmbito da Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados – Diogo de Góis Lara de Andrade e Alexandre Herculano de Carvalho Araújo – estiveram diretamente envolvidos nestes complexos e atribulados procedimentos.

7

O Mosteiro de Tibães

Falar de Herculano no Entre-Douro-e-Minho, sem focar o caso da Livraria do Mosteiro de Tibães, seria o mesmo que evitar, em Coimbra, encarar o problema de Santa Cruz ou, no Porto, ignorar, por exemplo, a biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar. Não iremos por caminhos de polémica, porque continuamos a dispor de escassos documentos, seja numa ou noutra vertente. É claro

que quem se sente espoliado (tenha sido em maior ou menor escala) tenderá sempre a retratar o ainda jovem bibliotecário com tintas negras. Outros lerão o caso de modo mais favorável (não escondo que estou entre estes).

Consideremos, então, três importantes documentos: 1. Um é o ofício do 1.º bibliotecário da RBPP, datado de 15 de Abril de 1834, dirigido a Manuel Gonçalves de Miranda, Prefeito do Douro. Baseado na participação que lhe fora feita por Alexandre Herculano, 2.º bibliotecário “encarregado de ir receber as Livrarias do Mosteiro de Tibães e de outros Conventos abandonados”, Diogo de Góis Lara de Andrade refere os seguintes pontos: a) os “monges rebeldes que fugiram d’aquela mosteiro tinham levado consigo os Manuscritos mais importantes ...”. Logo se dirá o mesmo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e de outras comunidades em processo de desmantelamento; b) havia esperança de se poder recuperar, nas vizinhanças do mosteiro, algum desse património, solicitando-se que o empregado da Comissão dos Conventos Abandonados fosse autorizado a proceder a buscas nesse sentido; c) seria conveniente que o “delegado” do Bibliotecário do Porto (i. e. Alexandre Herculano) tomasse apenas as obras que escolhesse, segundo um critério de “utilidade” para a Real Biblioteca Pública. O restante ficaria para a Comissão dos Conventos Abandonados, já que a Biblioteca se encontrava sobrecarregada de livros de Teologia e de Direito Canónico, sem espaço, pois, para receber mais bibliotecas. Começava o problema da incapacidade do Estado de conservar em condições satisfatórias o que precipitadamente incorporara ou sequestrara, estando a RBPP pouco interessada em receber mais livros. A parte final do documento é a que, de momento, mais nos interessa: “Visto que o Destricto de Tibães pertense á Provincia do Minho resta-me ainda, a bem do serviço, rogar a V. Ex.^a se sirva tomar as medidas que julgar convenientes para que o Sr. Prefeito d’aquella Provincia dê as ordens necessárias que delle tenham de emanar, e conformes ás que por este solicito de V. Ex.^a, e as quaes considero de grande urgencia”; 2. A segunda peça tem origem na Prefeitura do Douro. É um ofício assinado pelo Secretário Geral, António Luís de Abreu, em 16 de Abril de 1834, endereçado a Lara de Andrade, no seguimento de correspondência deste na véspera. O Prefeito manda responder que “a hida do segundo Bibliotecario encerra a idéa do emprego d’um entendedor para fazer escôlha das obras, que devão ser recolhidas à Biblioteca Publica desta Cidade, e por

essa razão a diligencia se limita a esta separação, ficando a cargo da Comissão o inventariar o resto com os de mais objectos”; a função de “proceder á busca, e indagação do que está extraviado, ou escondido” foi endossada ao Prefeito interino do Minho; não há dúvida de que existia, ou passou, desde então, a existir, uma clara separação entre as funções de selecção ou escolha das espécies bibliográficas, a realização dos inventários e as missões de natureza investigatória ou policial; 3. O terceiro documento é um outro officio da Prefeitura do Douro, de 9 de Maio de 1834, também dirigido a Diogo de Góis, mandando recolher ao Porto “o 2.º Bibliotecário Commissionado em diligencia da Biblioteca no Minho porq. indo formar-se em Braga huma Livraria Publica, devem ser recolhidos áquela Capital da Província os Livros dos Conventos abandonados della”. É esta, ao que sabemos, a primeira referência à intenção de formar a Biblioteca Pública de Braga, que só em 1841, como sabemos, virá a ter existência legal.

Note-se, ainda, sem entrar no pormenor da História de Braga, que, nesta altura da ida de Herculano ao Mosteiro de Tibães, o ambiente na Cidade e na Província era de agitação: a 28 de Março de 1834 dá-se a entrada das tropas liberais em



Mosteiro de Tibães.

Braga, sendo o governo e a administração instalados a 14 de Abril. O Prefeito da Província era Joaquim Larcher. A instabilidade é grande, como descreve Alberto Feio. A Arquidiocese encontrava-se em *sede vacante*, o Vigário geral fora da Cidade e o Cabido reduzido a pouquíssimos cónegos. Entra-se num quadro de cisma, que irá durar até 1842.

Existe, no Arquivo Distrital do Porto, um processo com o qual tomámos contacto há muito pouco tempo, por causa mesmo da conferência de hoje. Aqui prometo que não deixarei de seguir tão aliciante “pista”, na medida em que o tempo e o avanço da organização arquivística mo permitirem. O documento agora localizado tem treze folhas e é uma cópia autenticada. Analisemo-lo, ainda que do modo abreviado que o estado da questão e a circunstância de hoje impõem.

Em ofício de 5 de Junho de 1834, dirigido ao Secretário Geral da Prefeitura do Minho, António Carlos Carneiro Giraldes Júnior, o Corregedor interino da Comarca de Braga, João Nuno Silvério Cerqueira Gomes e Lima, envia, para ser presente ao Conselheiro encarregado da Administração da Província, a “informação verbal” a que procedera no Mosteiro de Tibães, “em consequência das notícias que ali encontrei, de que alguns dos subjectos condusidos daquela Caza para a Cidade do Porto, havião sido extraviados do destino que deverião têr...”.

O auto de averiguação realizou-se a 24 de Maio de 1834, porque ao conhecimento do Corregedor chegara notícia de “que os objectos pertencentes a este Mosteiro dos mesmos Benedictinos de Tibães, proximidades da Cidade de Braga, que forão remetidos para a Cidade do Porto, pelos encarregados de fazer esta remessa pela Comissão administrativa dos Conventos abandonados, estabelecida na cidade do Porto, que alguns dos ditos objectos remetidos não foram entregues à referida Comissão, mas extraviados, para diversas partes”. Por isso, são chamados a depor treze condutores dos carros que fizeram o transporte de livros, quadros e outros bens móveis de Tibães ao Porto. Os depoimentos são quase coincidentes, constatando-se que os carros transportavam “caixões” fechados, que foram descarregados em S. Francisco, Carmo e Carmelitas. Fala-se em caixas com livros e, sobretudo, em embalagens fechadas que deveriam conter pinturas. Algumas das testemunhas declaram, por terem ouvido dizer, que “alguns objectos foram entregues em casas particulares não identificadas. Em conclusão, são indiciados “um tal fulano Guedes”, da Rua

de Santa Catarina, no Porto, e Francisco Pedro*, o mesmo que depois seguiu para Coimbra, por parte do Museu do Porto. Ambos tinham sido mandados a Tibães, tendo acompanhado os carros até ao Porto.

Junto com o auto encontram-se duas peças: a) Cópia autenticada de um ofício datado de Braga, 16 de Outubro de 1834, de Francisco Manuel da Costa, Conselheiro da Prefeitura do Minho, servindo de Prefeito, dirigido a Fr. Francisco de S. Luís, Bispo-Conde, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. O Conselheiro participa o ocorrido durante a administração interina do Conselheiro Larcher: “Livros, medalhas, e outras preciosidades d’aquelle Mosteiro” foram delapidados, como “consta por fama publica, corroborada pelos documentos”. Apesar da sua insistência, a Prefeitura do Douro não lhe passou quaisquer recibos dos objectos que lá deveriam ter dado entrada; b) Logo a 20 de Outubro, o Ministro do Reino responde, remetendo ao Prefeito interino do Douro o ofício do Prefeito interino do Minho e mais documentos a que nos temos vindo a referir, ordenando uma pronta resposta, “porquanto Sua Magestade Fidelíssima quer que este negocio se acláre”. Para tal é exigida “uma miúda relação, em que exactamente se declarem os artigos, e preciosidades recebidas, o local, ou locais, aonde estão depositadas, ou o destino que se lhes deu, e por ordem de quem, a fim de conhecer se houve delapidação, e quem foram os seus autores...” Não sabemos, por ora, que seguimento terá tido este processo, razão pela qual são mais as nossas dúvidas do que as certezas.

8

De novo, o Norte

É agora o serviço da Academia Real das Ciências, na organização dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Em 1853 e 1854, o Historiador percorre o que de mais importante havia na Estremadura, Beiras e Entre Douro e Minho, desde conventos até à biblioteca e arquivo da Universidade, passando por cartórios de mitras e cabidos, até alguns paroquiais. A 21 de Outubro de 1854, foram requeridos pela Academia à RBPP, a fim de seguirem para a Torre do Tombo,

com vista aos mesmos PMH, catorze códices, na sua maioria medievais e oriundos de Santa Cruz de Coimbra. Notemos o extremo cuidado posto pelo Presidente da Câmara, então o Visconde da Trindade, dando instruções a João Nogueira Gandra, quanto às condições de cedência e às garantias de devolução desse preciosíssimo património. Recorde-se que, nessa mesma ocasião, para além das espécies escolhidas na Biblioteca seguiram também dos arquivos do Porto: “os documentos, que o socio commissario da Academia Real das Sciencias o Snr. Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo encontrou no Cartorio da Fazenda do Governo Civil, na Bibliotheca Publica do Porto, nos Archivos da Sé, e Mitra da mesma cidade”.

No Porto, cujos cartórios e livrarias conhecia como ninguém, Alexandre Herculano permanece um mês (22 de Junho a 19 de Julho de 1854) e em Braga detém-se por uma semana (1 a 5 de Agosto) – “Nestes dias trabalho nos archivos da Mitra e do Cabido”.

Os seus *Apontamentos de viagem* reflectem a conhecida pouca simpatia para com a Igreja Bracarense: “Resistência das velhas ideias na cidade clerical. Maioria do partido absolutista. Nuvem de clérigos: fúria das festas d’igreja em que se consomem.

Sobre a visão centralizadora de Herculano quanto ao património cultural, em especial o de natureza arquivística, muito poderia dizer-se, mas vejamos apenas um pouco da memória que apresentou à Academia Real das Ciências, em 1857 (“Do estado dos archivos ecclesiasticos do reino e do direito do governo em relação aos documentos ainda nelles existentes”). O documento surgiu na sequência da portaria de 11 de Setembro desse mesmo ano, que determinava a entrega ao ANTT, para prossecução dos PMH, de documentos escolhidos com base no inventário feito por Herculano em 1853-1854.

O Historiador expressa-se de forma particularmente enérgica quanto ao Cabido Metropolitano, a propósito de uns documentos que, em 1836, haviam sido chamados à Academia.

Discute, em geral, a questão da propriedade de grande parte desse património, afirmando que esses bens “pertencem pura e simplesmente ao Estado”, por se tratar de arquivos públicos e por muitos dos documento mais antigos não serem “de uso practico”.

Preocupam-no também questões de conservação e segurança: “Acham-se frequentemente pergaminhos (e destes muitos n’um cartorio onde tal barbaridade não era de esperar), cuja leitura quis fazer algum curioso inhabil, cubertos de aguadas de galha, que avivaram momentaneamente as letras sumidas, mas que depois formaram uma só mancha negra, onde não tornará a ser possível decifrar uma única palavra”.

“A imprevidência de collocar cartórios em logares não convenientemente isolados fez com que n’uma noite percessem inteiros os quatro archivos mais ricos de monumentos da Beira Alta, os de Salzedas, Tarouca, S. Pedro das Aguias e S. Christovam de Lafões, bem como o incêndio da Casa-pia do Porto deu aso a perderem-se (dado que percessem nas chammas, o que é controvertido) quase todos os cartorios monasticos do Minho, que constituíam a parte mais importante das riquezas do paiz neste género”.

9 In fine

Desejaria ainda fazer um breve comentário e um voto, como se tivesse o idealismo de um autêntico liberal ou de um velho republicano, mas com a certeza inabalável da fé daqueles peregrinos que, vindos do Porto, por Braga passavam, a caminho de Compostela...

Imagino que, se fosse hoje, Alexandre Herculano não chegaria, porventura, a ser incluído por uma qualquer câmara numa qualquer lista tríplice e, muito menos, seria escolhido e nomeado por um qualquer governo, primeiro porque não era doutor (não lhe faltariam, todavia, *oportunidades*), depois porque não teria postura cívica ao jeito da nomeação.

Estamos a assistir a uma situação caricata, não o digo em surdina. Se recorresse ao étimo da palavra “fraude”, diria defraudar, para poupar os nossos ouvidos a termo pior. Fiquemo-nos, pois, por defraudar as expectativas (ou mesmo direitos?), criadas por um Estado que, através das universidades, cha-

ma os nossos filhos ou os nossos netos a frequentar cursos de bibliotecário, de arquivista, de museus e de outras áreas do património cultural. Mas, afinal, não é esse mesmo Estado que parece querer barrar-lhes o acesso ao trabalho nas especialidades para as quais, supunha-se, os teria preparado em termos académicos e profissionais?

O voto é sobre as duas mais antigas bibliotecas de Entre Douro e Minho, que reúnem o melhor do património bibliográfico de mosteiros e conventos do Norte de Portugal – a Biblioteca Pública de Braga e a Biblioteca Pública Municipal do Porto. Que possam ambas desenvolver-se no cumprimento da sua missão própria e insubstituível, missão tanto mais dificultada quanto parece hoje estar já quase a perder-se a noção do que é um Homem de Letras, como foi Herculano, nas múltiplas facetas de homem de saber e de ação, incluindo a defesa do património cultural, num só sentido de serviço público.

Portela das Cabras / Porto, Novembro 2010.

Notas

¹ Vitorino Nemésio – *Mocidade de Herculano*. Lisboa: INCM, 2003, p. 175.

² Diz o texto introdutório ao livro do centenário da BPMP: "Os primeiros trabalhos de ordenação das espécies bibliográficas foram confiados a uma Comissão, de faziam parte, além dos referidos funcionários [o 1.º Bibliotecário, Diogo de Góis Lara de Andrade e o 2.º Bibliotecário, Alexandre Herculano], João Baptista Ribeiro, o Padre Marcos *, António José da Costa Lobo e Joaquim da Costa Lima. Cf. *Biblioteca Pública Municipal do Porto: Documentos para a sua História*. Porto: BPMP, 1933, p. [9].

³ São os catálogos ditos de Alexandre Herculano, que, em 1836, serviram à transmissão da Biblioteca entre Diogo de Góis e o seu sucessor, Francisco Veloso da Cruz.

Referências bibliográficas

Manuscritos

- Ofício de Diogo de Góis Lara de Andrade, 1.º Bibliotecário da Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto, a Manuel Gonçalves de Miranda, Ministro de Estado, Prefeito da Prefeitura da Província do Douro, 15 abr. 1834. Arquivo Distrital do Porto.
- Ofício de António Luís de Abreu, Secretário Geral, Prefeitura do Douro, a Diogo de Góis Lara de Andrade, 16 abr. 1834. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Ofício de António Luís de Abreu, Secretário Geral, Prefeitura do Douro, a Diogo de Góis Lara de Andrade, 9 mai 1834. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Ofício de António Carneiro Giraldes Júnior a João Nuno Silvério Cerqueira Gomes e Lima, Secretário Geral da Prefeitura da Província do Minho, 5 jun. 1834. Arquivo Distrital do Porto.

Impressos

- CABRAL, Luís – Alexandre Herculano e a Real Biblioteca Pública do Porto: um caso exemplar. Porto: Faculdade de Letras, 2010 (no prelo).
- CABRAL, Luís –A Real Biblioteca Pública do Porto: um projecto liberal. Sep. “Páginas a & b”, S. 2, 3 (2009), 29-38.
- CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide – *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Lisboa: INAPA, 1998.
- MONTEIRO, Ana Isabel Líbano – *Tibães: livros perdidos, eles encontrados*. Braga: Universidade do Minho, 2007.
- RAMOS, Luís A. Oliveira – A extinção das Ordens Religiosas: consequências culturais. “Bibliotheca Portucalensis”, Porto, II Série, n.º 7, 1992, p. 9-25.
- SANTOS, Ademar Ferreira dos – *Mosteiro de Tibães (1834-1864): Trinta anos para perder uma Memória de Séculos*. Braga, 1987.